



Colunas

GRANDE ANGULAR

Por Lilian Tahan com Isadora Teixeira

Por Lilian Tahan com Isadora Teixeira

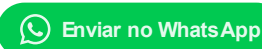
Grande Angular

Conselho de Tribunais de Contas fiscalizará aplicação da Reforma Tributária

O Conselho Diretor do Colegiado Nacional de Controle Externo do Comitê Gestor do IBS, o novo imposto, será eleito nesta quarta-feira (30/9)

Isadora Teixeira

28/09/2026 19:58



- **Tá bombando**



Andreza Matais

Acusado de vazar dados de Viviane pede a Fachin nulidade de atos de Moraes



Igor Gadelha

Bancada do PL propôs homenagear Nossa Senhora Aparecida na Câmara em 2022



Entorno e Goiás

Filhote de onça-parda é resgatado em plantação de milho próximo à BR-060

■ **Siga nossas redes**



ouvir notícia



Integrantes dos Tribunais de Contas do país vão eleger, nesta quarta-feira (30/9), o **Conselho Diretor do Colegiado Nacional de Controle Externo do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, criado com a Reforma Tributária.

O grupo atuará no controle externo da entidade nacional responsável pela gestão de um tributo compartilhado por estados, Distrito Federal e municípios. A direção é composta de 11 cargos que representam as cinco regiões brasileiras. Há uma chapa única no pleito.

Chamada de “Novos Desafios para os TCS”, a chapa é liderada pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES) Domingos Augusto Taufner. **A posse está agendada para quinta-feira (1º/10). Veja os integrantes:**

- Presidente: Domingos Augusto Taufner (TCE-ES);
- 1º Vice-Presidente: André Clemente Lara de Oliveira (TCDF);
- 2º Vice-Presidente: Valdecir Fernandes Pascoal (TCE-PE);
- Secretário-Geral: Jailson Viana de Almeida (TCE-RO);
- Secretário de Relações Institucionais: Antônio Ed Souza Santana (TCE-RN);
- Ouvidor-Geral: Cezar Miola (TCE-RS);
- Vice-Presidente da Região Norte: Severiano José Costandrade de Aguiar (TCE-TO);
- Vice-Presidente da Região Nordeste: Susana Maria Fontes Azevedo Freitas (TCE-SE);

- Vice-Presidente da Região Sudeste: Agostinho Célio Andrade Patrus (TCE-MG);
- Vice-Presidente da Região Centro-Oeste: Márcio Campos Monteiro (TCE-MS); e
- Vice-Presidente da Região Sul: Adircélio de Moraes Ferreira Júnior (TCE-SC).

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (**Atricon**) levou o tema da Reforma Tributária aos órgãos e articulou a construção de uma posição institucional comum para representá-los na discussão sobre o IBS.

 **Entre no canal de WhatsApp da Coluna Grande Angular**

O presidente da Atricon, Edilson de Sousa Silva (*foto em destaque*), afirmou que “o sistema Tribunais de Contas é capaz de integrar entes federados na entrega de políticas públicas”. “Na reforma tributária, atuaremos com a governança necessária para dar efetividade ao contemporâneo federalismo multinível”, declarou.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Inicialmente, a entidade criou um Grupo de Trabalho para acompanhar a regulamentação da Reforma Tributária, estudar os projetos de lei complementar, formular propostas e manter o tema articulado nacionalmente.

A Lei Complementar nº 227/2026 determina que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Comitê Gestor do IBS será realizada de forma coordenada, compartilhada e colegiada pelos Tribunais de Contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Segundo a Atricon, a função do Conselho Diretor do Colegiado Nacional é permitir que o sistema de Tribunais de Contas “atue de maneira coordenada diante de uma competência que, por sua própria natureza, ultrapassa os limites de uma única jurisdição”.

“Ao acompanhar a implementação da nova arquitetura tributária, os Tribunais de Contas poderão contribuir para que os objetivos da Reforma Tributária — entre eles a simplificação do sistema, a redução da burocracia, o aumento da segurança jurídica, os ajustes na

distribuição das cargas tributárias e a adequada operacionalização das transferências intergovernamentais destinadas aos fundos de desenvolvimento — sejam alcançados de forma consistente, transparente e compatível com os resultados esperados pela sociedade”, afirmou a entidade.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O controle externo das políticas fiscais, conforme destacou a entidade, constitui pressuposto de continuidade institucional, desenvolvimento econômico, transparência fiscal e eficiência tanto na arrecadação quanto na aplicação dos recursos públicos.

Já leu todas as notas e reportagens da coluna hoje? [Acesse a coluna do Metrôpoles.](#)

 Enviar no WhatsApp

 Facebook

 Twitter

 Adicione o Metrôpoles como fonte preferencial no Google

REFORMA TRIBUTÁRIA

VER COMENTÁRIOS

RECOMENDADOS

A gordura abdominal não é causada pelas calorias (é genial!)

Akusoli | Patrocinado

Os "Casas pequenas para os avós" estão em alta. Confira o interior.

Casinhas para Idosos | Patrocinado

Saiba Mais

O STF está disposto a fazer o diabo para Lula ser reeleito

O STF usa processos que só na imaginação mais desvairada teriam a ver com questões eleitorais para assumir ações que deveriam correr no TSE

Metrôpoles